



Proposta de adequação ambiental de uma propriedade rural no município de Brasil Novo, Pará.

Environmental Adequacy Proposal of a little farm in the city of Brasil Novo, Pará.

SANTOS, Wilner Sousa¹; SANTOS, Dhyene Rayne²; SILVA Maristela Marques³; RODRIGUES, Sharon Rose⁴; SILVA, Sandra Andréa⁵

¹ Faculdade de Engenharia Agrônômica/ Universidade Federal do Pará - Campus Altamira, wilner.agro@hotmail.com¹; drayneagro@gmail.com², stela@ufpa.br³, r.sharonrose@hotmail.com⁴, sandrasilvaja@gmail.com⁵

Eixo temático: Manejo de Agroecossistemas de Base ecológica

Resumo: O objetivo foi propor uma adequação ambiental para uma propriedade rural do município de Brasil Novo, Pará, visando contribuir com uma melhor gestão de recursos para a propriedade. O estudo foi realizado na propriedade Sítio São Lucas, localizada sob as coordenadas 3° 5' 33,4" S e 52° 30' 16" W na Vicinal da 10, km 30, município de Brasil Novo. Durante a pesquisa foram detectados alguns problemas ambientais como: erosão, resíduos sólidos, lixo, nascente sem proteção, dejetos de bovinos despejados diretos no solo e na nascente da represa, animais transitando entre a represa e sua presença na floresta primária. A partir do diagnóstico na propriedade foram elaboradas quatro propostas (Destinação dos resíduos, implantação de APP, recomposição da reserva legal e sistema de pastoreio eficiente) para o planejamento de gestão, sendo todos possíveis de realização.

Palavras chaves – Gestão de recursos; Manejo; Recuperação de áreas degradadas.

Keywords – Resource management; Management; Recovery of degraded areas.

Contexto

O município de Brasil Novo Sudoeste do Pará tem como base de sustentação econômica diversas atividades agropecuárias. Para o desenvolvimento dessas atividades ocorre o uso intensivo dos diversos recursos naturais como água e solo, o que ocasiona efeitos diretos sobre o meio ambiente. Outros impactos ambientais são resultantes do desmatamento das florestas, uso descontrolados de agrotóxicos e destinação inadequada de dejetos e resíduos de produção agrícola e animal.

Dessa forma, surge a importância da adequação ambiental das propriedades rurais, pois é um meio pelo qual é possível diagnosticar e identificar os problemas ambientais e econômicos que os produtores vêm enfrentando, possibilitando uma análise da propriedade, podendo assim ser desenvolvidas propostas ou projetos apropriados para uma boa mudança, obedecendo à legislação vigente no novo Código Florestal de 2012 (BERNARDI et al., 2011).

Neste contexto, este artigo tem como objetivo propor uma adequação ambiental para uma propriedade rural do município de Brasil Novo, Pará, visando contribuir com uma melhor gestão de recursos para a propriedade.



Descrição da Experiência

O estudo foi realizado em Outubro de 2018 na propriedade Sítio São Lucas, localizada sob as coordenadas 3° 5' 33,4" S e 52° 30' 16" W na Vicinal da 10, km 30, município de Brasil Novo.

A pesquisa consistiu em entrevista semiestruturada, com um roteiro que delineou as perguntas a serem feitas ao entrevistado, como: qual a destinação dos resíduos domiciliares; se fazem o uso de agrotóxicos e qual o destino das embalagens vazias; se ocorre a coleta de lixo da comunidade e outros. Além disso, foram obtidas informações sobre os dados da propriedade, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Licença Ambiental Rural (LAR). Também foi realizado um levantamento a campo para verificar toda a propriedade.

Para análise da situação do imóvel, os dados do proprietário foram consultados no site do CAR: <http://car.semas.pa.gov.br/#/consulta/mapa>. Após a consulta no site, os dados como CPF do proprietário foi consultado no PRA- Programa de Regularização Ambiental com a finalidade de possibilitar a elaboração de propostas para regularização da propriedade.

Resultados

Caracterização da propriedade

A propriedade está localizada na Rodovia BR 230 km 30, Vicinal da 10, no município de Brasil Novo. A área da propriedade é de 80,54 hectares, sendo 34,75 ha de área de preservação total, 30,19 ha de reserva legal e 45,35 ha de uso alternativo. Para melhor visualização foi elaborado um croqui da área de estudo (Figura 1), com a finalidade de demonstrar a utilização do solo na propriedade.



Figura 1. Croqui de utilização do solo da propriedade rural

Problemas na gestão

Durante a pesquisa foram detectados alguns problemas ambientais como: erosão, resíduos sólidos, lixo, nascente sem proteção, dejetos de bovinos despejados diretos no solo e na nascente da represa, animais transitando entre a represa e sua presença na floresta primária.



Na propriedade estudada os resíduos sólidos gerados são formados pelos resíduos domiciliares, insumos, restos de produtos agrícolas, suplementos de alimentação animal, entulhos e dejetos. O principal resíduo sólido, de grande capacidade poluidora na propriedade, são os agrotóxicos, que incluem os herbicidas, inseticidas e fungicidas, que são utilizados pela família, e podem provocar grandes contaminações dos recursos naturais, além de prejudicar a saúde humana, pela contaminação dérmica, via oral e pulmonar, ainda mais pela aplicação inadequada quanto a utilização, visto que não é utilizado equipamento de uso individual (EPI), pelo agricultor durante a aplicação.

As embalagens vazias de agrotóxicos é outro grande problema, pois o seu descarte é feito de modo inadequado na propriedade, gerando um grave dano ambiental. Isso decorre devido a não ocorrência da coleta de lixo na comunidade, onde grande parte é queimado e uma minoria, mas significativa, o descarte é feito em forma de entulho próximo a residência. A queima do lixo é realizada constantemente para não gerar acúmulo, essa prática, segundo Barbosa (2011) é proibida por lei, e representa um perigo a saúde humana e também uma forma de poluição ao meio ambiente.

Outro problema observado na propriedade é a falta de cerca próximo a nascente, permitindo assim o trânsito de animais próximo a represa. Animais devem ser evitados, pois a caminhada constante ocasiona compactação do solo, diminuindo a capacidade de infiltração e o soterramento. Além disso, seus dejetos provocam grandes prejuízos ambientais como poluição das nascentes, bem como patógenos que podem infestar homens e animais (SMA, 2009). Ainda, a presença dos animais na APP, não obedece a distância permitida de acordo com a Resolução do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), que determina um raio de 50 metros de preservação nas áreas rurais.

Além disso, a nascente da represa da propriedade não está protegida, conforme exigido pelo novo Código Florestal (BRASIL, 2012), onde é definido que a área de Preservação Permanente deve ser de 50 metros de largura para cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura.

Regularização ambiental

A regularização ambiental do imóvel rural é o conjunto de ações a serem desenvolvidas com o objetivo de atender ao requerido pela legislação ambiental, consistindo principalmente na reposição das áreas de Reserva Legal, Preservação Permanente e de Uso Restrito, desmatadas após 2008. Essa ferramenta permite ao proprietário a oportunidade de suspensão de multas ambientais sob o compromisso da regularização das áreas desmatadas, o acesso ao crédito rural, comprovante de regularização ambiental e segurança jurídica para a área produtiva.

Os dados da tabela 01 indicam que o proprietário desmatou após 2008, sendo necessária a adequação para legalização ambiental. A recuperação da área de Reserva Legal pode ser feita sob duas perspectivas: com ou sem finalidade



econômica. Estas técnicas permitem ao produtor usar uma área outrora improdutivo para plantio de espécies frutíferas e de produtos não madeireiros, como fonte de renda.

Tabela 01. Situação da propriedade antes e após o ano de 2008

Nome	Área consolidada (Antes de 2008)	Área antropizada (Pós 2008)	Total
Reserva Legal a Regularizar	1,1629 ha	4,9801 há	6,143 ha
Área de Preservação Permanente a Recompor	0,3673 ha	0 há	0,367 ha
Área de Uso Restrito a Recompor	0 ha	0 há	0 ha
Áreas desmatadas fora da RL/ APP/ e AUR	-	-	2,135 ha

Pode-se observar que a propriedade encontra-se com bastante área antropizada e considerável área remanescente de vegetação nativa. Conforme previsto no Código Florestal, áreas de Reserva Legal na Amazônia devem ser 80%. Contudo, a propriedade se encontra em área de Zoneamento Econômico Ecológico da BR-163, e a área de RL pode ser de 50%. A área de RL da propriedade está com 30,19%, sendo necessário reflorestamento para 50%.

Planejamento de ações de gestão

Para a adequação ambiental da propriedade, foram propostos alguns tipos de adequação ambiental. As propostas estão baseadas conforme os dados obtidos durante a pesquisa e nos programas do CAR e PRA.

Primeira proposta: Com relação ao descarte inadequado do lixo é necessário montar medidas socioeducativas de gestão de resíduos para conscientização dos moradores da comunidade visando a redução da poluição, principalmente com relação aos resíduos de agrotóxicos. É necessário, conscientizar a comunidade em geral quanto aos danos causados pelo uso desses produtos que podem ocasionar graves problemas tanto ambientais quanto para a própria saúde. Medidas educativas e agroecológicas podem ser tomadas para contribuir com uma melhor produção dos agricultores familiares.

Segunda proposta: a Área de Preservação Permanente a ser implantada será de 3,73 hectares, sendo que a área atual é de 4,17 hectares (5,1%). Para recomposição dessa área, indica-se a cobertura florestal, pois tem um maior efeito sobre as nascentes (Secretária do Meio Ambiente, 2009). Poderão ser utilizadas espécies nativas ou exóticas, com diversas técnicas, como plantio de mudas, semeadura ou indução da regeneração natural. Indica-se o reflorestamento com o enriquecimento de espécies, combinando várias espécies de estágios sucessivos diferentes como as pioneiras e secundárias ou deixando a recuperação natural, onde os processos naturais de sucessão atuam por conta na área.



Terceira proposta: A recomposição da reserva legal, com a implantação de 5 hectares de mata por meio também do enriquecimento de espécies com a implantação de espécies nativas (*Euterpe edulis* Mart., *Carapa guianensis* Aubl., *Bactris gasipaes* (Kunth), *Theobroma cacao* L.) que também auxiliaria na renda e diversificação na propriedade e espécies exóticas ou a regeneração natural.

Quarta proposta: Desenvolver um sistema de pastoreio em que os animais não passem por dentro da nascente da propriedade, ou até mesmo cercando essa área para evitar mais compactação do solo, poluição das nascentes e até mesmo supressão da APP, ou, deixando apenas um corredor para que os animais possam beber água, pois nesse caso de cercar a área da nascente o agricultor terá que providenciar bebedouros para os animais, e isso demandará recurso.

A partir do diagnóstico na propriedade São Lucas, no município de Brasil Novo, foram elaboradas propostas para o planejamento de gestão, sendo todos possíveis de realização. A diversificação de espécies para recuperação de áreas degradadas e medidas socioeducativas e agroecológicas se fazem necessárias para uma melhor adequação das propriedades rurais. Quanto as propostas apresentadas o produtor poderá apresentar resistência na proposta 4 quanto ao gasto para cercar a nascente, pois demandará recurso, as demais propostas depende de um plano de manejo eficiente.

Referências bibliográficas

BERNARDI, F. H.; LOPES, C. L.; AMARAL, L.; FULBER, V. **Propostas de adequação ambiental de propriedade rural**. Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal, v. 8, n. 3, p. 183-195, jul./set. 2011.

BRASIL, 2012. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1032082/lei-12651-12>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BARBOSA, Vanessa. **IBGE: 58% dos domicílios rurais queimam lixo**. Nov./2011. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/mundo/perigo-58-dos-domicilios-rurais-queimam-lixo/>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

Secretária do Meio Ambiente. **Cadernos da Mata Ciliar / Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Departamento de Proteção da Biodiversidade**. - N 1 (2009)--São Paulo: SMA, 2009.